

ISSN 0870-4147

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

INSTITUTO DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

Revista Portuguesa de História

TOMO XXII



COIMBRA/1985

FACTORES DE INDIVIDUALIDADE DO OCIDENTE HISPÂNICO (*)

Unidade e diversidade da «Hispania».

As Histórias de Espanha e de Portugal principiam, normalmente, por uma introdução geográfica. Da descrição geomorfológica resulta a conclusão de que a Península Hispânica constitui uma grande unidade geográfica, dentro da qual se distinguem diversas regiões com características próprias. A História, porém, não depende apenas da geografia; e a política constrói-se sobretudo a partir da vontade e firme determinação dos homens.

Estes princípios devem ser tidos em conta quando estudamos um país — na sua História, na sua Literatura, na sua Cultura. Assim, nós, partindo da obrigação de estudar o Latim Tardio (cujas importâncias para a História da Língua Latina nos havia sido posta em relevo quando frequentámos a «Escola de Nimega», Holanda, de 1965 a 1967), começámos por dar algum relevo aos escritores da Hispânia romano-visigótica; e pouco a pouco fomos verificando que, dentro da grande unidade da Península Ibérica, se justifica uma atenção especial a grandes áreas com características individuais, as quais não coincidem necessariamente com os reinos formados durante a Idade Média.

Assim, tendo dedicado, a princípio, particular interesse aos «escritores do actual território português», acabámos por concluir que, na Antiguidade, este espaço geográfico fazia parte de uma

(*) Comunicação apresentada à *Segunda Reunión Gallega de Estudios Clásicos*, em Santiago de Compostela, a 15 de Setembro de 1984.

área mais ampla, que é o Ocidente Hispânico, cuja individualidade se foi progressivamente acentuando mercê de diversos factores culturais, políticos, religiosos e linguísticos (1).

Individualidade do «Ocidente Hispânico».

Os humanistas, a principiar em André de Resende, e depois os historiadores dos séculos xvii, xviii e xix, estudaram por diversas vezes e procuraram justificar com frequência a formação e a independência da Lusitânia e de Portugal. Outros defenderam a «união ibérica» (2). O Prof. Orlando Ribeiro, geógrafo e historiador, avoca a seu favor o facto de ter sido «o primeiro a mostrar» que a área da antiga «civilização megalítica» e a área do «romance românico do Ocidente» coincidem aproximadamente entre si e «são indícios da progressiva individualidade cultural do Ocidente» Hispânico.

A meditação sobre a justeza desta observação levou-nos a procurar estudá-la e aprofundá-la, ao mesmo tempo que fomos recolhendo outros depoimentos.

Com efeito, observa Orlando Ribeiro que «a divisão provincial romana é arbitrária, prolongando a Lusitânia até ao centro da Península e separando-a da Gallaecia, que constitui, com o Norte

0) Como histórias gerais indicamos: *Historia de España*, dirigida por Ramon Menéndez Pidal. Tomo i. *España Prehistórica*. Volume i. Espasa-Calpe, Madrid ² 1947; *História de Portugal*, direcção literária de Damião Peres, volume i, Portucalense Editora, Barcelos, 1928; A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, Palas Editores, Lisboa, ⁴ 1974; *História de Portugal*, dirigida por José Hermano Saraiva, Publicações Alfa, Lisboa, vol. i, iniciado em 1984. A importante *História de Portugal*, de Joaquim Veríssimo Serrão, de que já saíram 6 volumes até 1984, dedica no vol. i (Editorial Verbo, Lisboa, 1977) pouco espaço ao problema que nos ocupa aqui. Sobre o nosso programa dos escritores do «actual território português», cfr. J. G. Freire, *Guia da História da Língua Latina*, com especial relevo para o Latim Vulgar, Latim dos Cristãos e de Transição para a Idade Média, Edição do Autor, Coimbra, 1978.

(2) Pinharanda Gomes, *A Patrologia Lusitana*, Lello & Irmão, Porto, 1983, pp. 10-17. Sobre o mesmo tema, consultar também, embora noutra perspectiva, Damião Peres, *Como nasceu Portugal*, Portucalense Editora, Porto, ⁴ 1955; e Torquato de Sousa Soares, *Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal*, Faculdade de Letras, Coimbra, 1962.

de Portugal, uma área cultural persistente». Recorda, a propósito, que mesmo politicamente, a tenência de Astorga pertencia aos condes de Portugal, do mesmo modo que, na primeira fase da Reconquista portuguesa, Geraldo Sem Pavor conquistou terras até Trujilho, D. Afonso Henriques procurou assenhorear-se de Badajoz e que, só com D. Afonso III de Portugal, Aroche e Arcena foram integradas na coroa de Leão e Castela ⁽³⁾.

António José Saraiva, reflectindo sobre as origens da cultura portuguesa, faz estas considerações que se ajustam ao nosso propósito: «Afonso Henriques pretendeu alargar o território não só para a Galiza, que chegou a ocupar, parcialmente, durante algum tempo, mas também para Zamora, Toro, Salamanca, Cáceres, Badajoz, regiões onde não se falava ainda o castelhano, mas dialectos leoneses ou moçárabes, com características próximas do galego-português. Era uma ideia do território português diferente da que veio a realizar-se: era um espaço que abrangia um triângulo noroeste da Península até ao Tejo. Fora já a ideia do conde D. Henrique e de D. Teresa» ⁽⁴⁾. Esta *ideia* de Portugal, surgida na mente dos primeiros titulares do Condado Portucalense, tinha afinal raízes bem profundas.

Do ponto de vista estritamente linguístico, todos aceitarão estas afirmações do Prof. Rodrigues Lapa: «Portugal não pára nas margens do Minho. Estende-se naturalmente nos domínios da paisagem, da língua e da cultura, até às costas do Cantábrico. O mesmo se pode dizer da Galiza, que não acaba no Minho, mas se prolonga suavemente até às margens do Mondego» ⁽⁵⁾. Evidentemente que, se o galego-português se formou a Norte do Mondego, o condicionalismo histórico da Reconquista levou-o até ao Algarve e a Leste do Guadiana.

⁽³⁾ Orlando Ribeiro, *Introduções Geográficas à História de Portugal, Estudo crítico*, Edições Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Lisboa, 1977, pp. 83-95.

⁽⁴⁾ António José Saraiva, *A cultura em Portugal. Teoria e História*. Livro II. Primeira época: a formação, Livraria Bertrand, Amadora, 1984, pp. 10 e 11.

⁽⁵⁾ Manuel Rodrigues Lapa, *Estudos galego-portugueses*, Lisboa, 1979, p. 27.

1.º Factor: A cultura megalítica.

Orlando Ribeiro escreveu: «Os arqueólogos que estudaram o Calcolítico (mapa II) reconheceram geralmente o carácter de fachada marítima na difusão das antas e *cromlechs*, com algumas penetrações no interior». Este mapa, reproduzido de L. Pericot e Bosch Gimpera, inclui na área da cultura megalítica, Britónia, Lugo, Zamora, Salamanca, Plasência, Cáceres, Mérida, Badajoz e Mértola (6).

Porém, Alberto del Castillo, ao estudar mais detidamente a cultura megalítica, também chamada dolménica, portuguesa, ocidental e atlântica, ao mesmo tempo que assinala as suas origens nas zonas montanhosas da Beira e de Trás-os-Montes, insiste repetidamente que ela se estendeu, em primeiro lugar, para a Galiza, Salamanca, Estremadura e Andaluzia, no Pleno Eneolítico. Posteriormente, expandiu-se por toda a zona pirenaica e penetrou no sul da França (7).

2º Factor: As antigas línguas peninsulares.

Na *História de Portugal* em curso de publicação, dirigida por José Hermano Saraiva, vários autores do 1.º volume tratam problemas com interesse para a nossa investigação. Até ao presente (escrevemos a 22 de Setembro de 1984) nenhum é tão explícito e extenso como Armando Coelho Ferreira da Silva ao estudar *A Idade dos Metais em Portugal*.

Ao chegar à Idade do Ferro, resume os resultados dos estudos linguísticos de A. Tovar, J. Untermann e J. Corominas sobre as «antigas línguas peninsulares» nos seguintes termos : «Um primeiro aspecto refere-se à divisão geral da Península em duas áreas linguísticas principais, que se excluem mutuamente: uma área que abrange a parte oriental até ao Sudoeste, incluindo o Baixo Alentejo e o Algarve, e onde se falavam línguas não indo-europeias,

(6) O texto e o mapa citados encontram-se na obra de Orlando Ribeiro mencionada na nota 3, pp. 87-88.

(7) Alberto del Castillo, *El Néoeolítico* in *Historia de España*, t. i, vol. i, Espasa-Calpe, Madrid, 2 1947, especialmente, pp. 519, 522, 523, 537 e 538.

entre elas o ibérico e o basco, e outra área que cobre a parte ocidental da Práinsula, com línguas indo-europeias, entre elas o celta e o lusitano».

«Os Lusitanos falavam uma língua própria, que poderia formar com a zona mais próxima, a Norte do Douro, uma comunidade linguística lusitano-galaica, que não era celta, mas pré-celta ou paracelta, como se queira, contudo distinta (A. Tovar, 1977)».

E mais adiante: «O «lusitano» na expressão de A. Tovar, ou o «hispânico do Noroeste» de U. Schmoll, aparece totalmente integrado na *área linguística indo-europeia do Ocidente Peninsular*, abarcando a Galiza e Portugal até ao Tejo, não sendo entendido como uma língua céltica, mas com características mais arcaicas, muito próxima da *Urkeltsisch*, o céltico ancestral» (8).

Deste mesmo estudo de Armando Coelho Ferreira da Silva salientamos a reprodução de um «mapa das principais áreas de epigrafia indígena pré-romana», onde claramente se vê uma área oriental compósita e uma outra área homogénea que abrange todo o Centro e Ocidente da Hispânia, com exclusão da parte Sul. De notar também que ao estudar-se a cultura castreja, os pioneiros e os centros de investigação apontados são todos do Noroeste Hispânico, tanto da Galiza como de Portugal.

3.º Factor: A administração romana.

A conquista da Hispânia pelos romanos pode dizer-se que principia em 218 a. C., com a segunda guerra púnica, mas vai avançando muito lentamente, tendo os seguintes pontos mais belicosos : guerras dos lusitanos e celtiberos, capitaneados por Viriato (154 a 134), Guerra Numantina (143 a 133), desde a queda de Numância à morte de Sertório (133 a 73), guerras ásturo-cantábricas e campanhas de César e de Augusto (73 a 19 a. C.).

(8) Os autores a que nos referimos, na *História de Portugal*, Editorial Alfa, Lisboa, vol. i (1984), são: Carlos Alberto Medeiros, *Introdução geográfica*, p. 6; Carlos Tavares da Silva, *O megalitismo e os primeiros metalurgistas*, p. 89; Armando Coelho Ferreira da Silva, *A Idade dos Metais em Portugal*, pp. 122 e 129: é nosso o sublinhado *área linguística indo-europeia do Ocidente Peninsular*. O mapa sobre a epigrafia indígena pré-romana encontra-se na p. 126; e a referência aos estudiosos da cultura castreja está na p. 132.

Numa primeira tentativa de divisão, em 197 a. C. foram criadas duas províncias: a *Hispania Citerior* (todo o Oriente e o Norte acima do Douro; e a *Hispania Ulterior* (o resto, quase desde Toledo e de Córdoba para Ocidente). Foi só Augusto que no ano 27 a. C. dividiu a Ulterior em duas províncias novas: a Bética e a Lusitânia, compreendendo esta os territórios a Sul do Douro e tendo como limites no interior Salamanca, Talavera de la Reina, Mérida, Medelim, seguindo depois aproximadamente o curso do rio Guadiana.

A *Hispania Citerior* ou Tarraconense era tão extensa que se impunha uma certa delimitação jurisdicional. Assim foi crescendo a autonomia administrativa do Noroeste Hispânico durante o século II d. C., a ponto de Diocleciano ter criado as novas províncias da Cartaginense e da *Callaecia* (entre 284 e 288).

Quer isto dizer que do ponto de vista da administração romana só no fim do século III d. C. o Ocidente Hispânico ficou perfeitamente delimitado para os romanos. Todavia, a organização política, militar, judicial e fiscal funcionava sobre territórios de menor extensão, os *conventus*, e assim é legítimo reconhecer desde muito mais cedo a importância dos *callaeci*, *astures*, *cantabri* e outros povos do Noroeste.

A Lusitânia, com sede em Mérida, e a Galécia, com a sua capital em Braga, tornaram-se assim as unidades maiores administrativas da romanização. À sua volta temos de reconstituir a vida oficial, com os seus magistrados judiciais, os seus quadros militares, os funcionários fiscais, as grandes manifestações religiosas e artísticas, os jogos festivos e toda a gama de relações sociais e económicas ⁽⁹⁾.

A melhor prova de que o Ocidente Hispânico não era para os

⁽⁹⁾ Para uma visão pormenorizada da romanização da Península Ibérica, vejam-se as Histórias de Espanha e de Portugal indicadas na nota 1. Além disso, consultar também Luis Suárez Fernandez, *Historia de España Antigua y Média*, t. I, Ediciones RIALP, Madrid, 1976; Jorge de Alarcão, *Portugal Romano*, Ed. Verbo, Lisboa, 1973; Antonio Tovar, *Iberische Landeskunde*, Band 2, *Lusitanien*, Verlag V. Koerner, Baden Baden, 1976; Casimiro Torres Rodriguez, *Galicia Romana*, Fundación Pedro Barrió de la Maza, La Coruña, 1982; idem, *Galicia Sueva*, La Coruña, 1977; e o mais recente e minucioso estudo de Alain Tranoy, *La Galice Romaine*, Boccard, Paris, 1981.

romanos um *finisterrae*, espécie de fim do mundo abandonado e sem interesse, está na rede viária que receberam e desenvolveram.

Resumindo, podemos dizer que, de Norte para Sul, uma via partia de Flavióbriga (perto de Santander), passava por Reinosa, Palência, Coca e Segó via, continuando para o centro; a chamada Via Argêntea ou Equínea partia de Astorga, ultrapassava o rio Carrión em direcção ao Pisuerga e descia a Salamanca, Cáceres, Mérida, Medelim, Sevilha, continuando para Oriente; de Astorga saía uma via que ligava Leão a Numância e Clúnia; outras três vias partiam de Astorga para toda a Galécia, uma das quais descia a Braga, Porto, Conimbriga, Santarém e Lisboa; Lisboa tinha ligação com Évora, Mérida e Beja; e Mérida possuía outra via para o Sul, a caminho de Zafra, Rio Tinto e Huelva.

Indicámos apenas as vias principais, insistindo na fácil ligação entre o interior do Ocidente Hispânico e toda a Galécia e Lusitânia. Um panorama linear pode observar-se nas edições que recomendamos das *Histórias* de Ramon Menéndez Pidal (tomo n, descrição de José Ramon Melida, pp. 569-571, com mapa na p. 568 A-B), de Suárez Fernandez (mapa na pp. 60 e 61) e em Jorge de Alarcão (com mapas do Norte de Portugal na p. 84 e do Sul na p. 67). Por este último, muito minucioso, se pode ver como era complexa a rede viária e como o território do Ocidente Hispânico estava bastante povoado.

Poderá parecer que indicámos localidades já muito no interior da Hispânia. Na realidade, A. Tranoy, estudando todas as fontes disponíveis, observa que Paulo Orósio, que era da Galécia, coloca Numância no limite oriental desta província, à qual segundo Hidácio de Chaves, também pertencia Cauca (Coca), terra natal de Teodósio. Estamos, portanto, numa linha que, de Santander, avança até Numância, retorna à região de Clúnia (Coruña del Conde) e se aproxima de Segóvia e Ávila. Segundo a interpretação de Tranoy, Diocleciano tomou como base da província da *Callaecia* os *conventus* de Braga, Lugo e Astúrias e acrescentou-lhes a parte ocidental do *conventus Cluniensis*, o qual tinha relações mais regulares com os conventos galaicos⁽¹⁰⁾.

(10) Alain Tranoy, *La Galice Romaine. Recherches sur le Nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*, Boccard, Paris, 1981, pp. 151, 402 e 403.

Concluindo: a administração romana, na multiplicidade dos seus aspectos, não podia deixar de ser um factor de unidade e intercâmbio entre a Galécia e a Lusitânia, as duas províncias mais ocidentais da Hispânia.

4.º Factor : *A organização eclesiástica.*

É de supor que o cristianismo tenha chegado à Península Ibérica durante a era apostólica, trazido por S. Paulo ou outro Apóstolo, pelos «varões apostólicos», por soldados ou por quaisquer outros cristãos, missionários ou não. Historicamente, as notícias seguras apenas começam com Santo Ireneu (c. 182-188), Tertuliano (princípio do século m) e S. Cipriano de Cartago, que em 254 dirige uma carta «ao presbítero Félix e fiéis de Leão e Astorga e ao diácono Élio e fiéis de Mérida»⁽ⁿ⁾. O primeiro documento autêntico são as actas de S. Frutuoso, Augúrio e Eulogio, martirizados em Tarragona a 16 de Janeiro de 259.

As normas da Igreja dos séculos m e iv tendiam a estabelecer sedes episcopais com jurisdição de metropolitas nas capitais de província do império e a fundar dioceses sufragáneas noutras comunidades mais importantes e numerosas.

Apesar das controvérsias arianas do século iv, a Hispânia romana mantinha-se fiel à Sé de Roma quando, em 409, os alanos, suevos e vândalos invadiram a Península. Como estes eram arianos, estabeleceu-se certa confusão entre os cristãos, em cujas sedes havia por vezes um bispo católico e outro ariano, quando não aconteceu que alguns bispos aceitassem a fé dos vencedores. Mas o movimento de reconversão à ortodoxia representada pela Sé de Pedro iniciou-se desde logo.

⁽ⁿ⁾ As palavras transcritas são da *Historia de la Iglesia en España*, dirigida por Ricardo García Villoslada, tomo i: *La Iglesia en la España romana y visigoda (siglos I-VIII)*, B. A. C., Madrid, 1979, texto de Manuel Sotomayor y Muro, p. 42. Para a restante informação desde «factor», consultar também Fortunato de Almeida, *Historia da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, Portucalense Editora, Porto, vol. i, 1967; Pierre David, *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI.º au XII.º siècle*, Société d'Édition «Les Belles Lettres», Paris, 1947, sobretudo, pp. 1-118.

Na Galécia, onde desde 412 dominavam os suevos, o príncipe Requiário converte-se ao catolicismo em fins de 447 ou princípios de 448; e em Agosto de 448 sucede a Réquila, seu pai. Entretanto, desde 439 o rei suevo Réquila ultrapassara os limites que lhe foram atribuídos e ocupou Mérida e a Bética. Em 441 submete também a Cartaginense. Embora estas fronteiras não se tenham mantido, observamos que desde 439 se verificou, temporariamente, a unidade política do Ocidente Hispânico, sob o domínio dos reis suevos Réquila e Requiário. Como bem observa Sérgio da Silva Pinto, «das nações modernas, derivadas da transformação dos povos germânicos, a glória de ser a primeira a abraçar o catolicismo não pertence à França com Clóvis e S. Remigio mas sim a Portugal, a Braga, com Requiário e Balcónio» (12).

Entretanto, os acontecimentos evoluem. Após a fecunda acção de S. Martinho de Braga, «o apóstolo dos suevos» falecido em 579, o rei visigodo Leovigildo conquista o reino suévico em 585; e em 587 o seu filho e sucessor Recaredo converte-se ao catolicismo. Rapidamente se estabeleceu a unidade política e religiosa da Hispânia, até à invasão árabe, em 711.

Os séculos vi e vil são tempos de grande desenvolvimento da Igreja e das suas estruturas, na Hispânia goda. As metrópoles, embora convocadas frequentemente para os concílios nacionais de Toledo, reuniam também ocasionalmente os seus concílios provinciais e até diocesanos.

Assim somos colocados, de novo, perante a força aglutinadora das duas metrópoles eclesiásticas do Ocidente Hispânico, Braga e Mérida. Em Braga, reuniram-se três concílios provinciais, em 561, 572 e 675; em Mérida, temos conhecimento seguro apenas de um, em 666.

Desnecessário será insistir em que a vida religiosa se concentra em torno do mosteiro, da paróquia, da diocese e da metrópole, mesmo quando não perde os contactos e segue as orientações de Toledo ou de Roma.

(12) Para os acontecimentos relacionados com os suevos, desde 409 até 448, seguimos Sérgio da Silva Pinto, *O bispo de Braga Balcónio e a primeira conversão dos suevos*, em «Braga, Boletim do Arquivo Municipal», vol. I, n.º 13, Dezembro de 1949, pp. 407-416.

Observando as dioceses do Ocidente Hispânico de cujos bispos há notícia, obtemos a seguinte distribuição: *Província da Galécia*: — Braga, Astorga, Orense, Britannia (Santa Maria de Breto), Dume, Iria (Padrón), Lugo, Porto e Tui; *Província da Lusitânia*: — Mérida, Ávila, Calábria (perto de Almendra, Figueira de Castelo Rodrigo), Cória, Conímbriga, Évora, Egitânia, Lamego, Lisboa, Ossónoba (Faro), Pax Júlia (Beja), Salamanca e Viseu. Do mapa da *Callaecia* de Diocleciano apenas falta a diocese de Palência, agora integrada na província Cartaginense, com sede em Toledo⁽¹³⁾.

Entre as formas especialmente ricas de significado para unir em volta de uma Sé encontra-se a sua Liturgia. No que toca a Braga, possuiu desde a Idade Média até ao presente um rito próprio. Se ele vem desde as origens (desde Profuturo, 538 ou pelo menos de S. Martinho de Dume, 561) é uma questão *sub indice*. É, porém, certo que o seu calendário lhe dava individualidade⁽¹⁴⁾.

⁽¹³⁾ As dioceses existentes durante o período visigótico, com o nome dos seus bispos, são as registadas por Gerd Kampers, *Personengeschichtliche Studien zum Westgotenreich in Spanien*, Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, Münster Westfalen, 1979, pp. 132-145. A identificação de *Caliábria* fizemo-la por J. Pinharanda Gomes, *História da Diocese da Guarda*, Editora Pax, Braga, 1981, pp. 59-61; e por um mapa publicado por Joaquim A. Castelinho, *Monografia histórica de Mós do Douro*, edição do autor, 1952, p. 20, onde se vê entre Castelo Melhor e Almendra, mesmo junto ao Douro, a indicação «cidade de Calábria». Para os concílios, cfr. as colecções de Loaysa, Aguirre, Puéyo y Barrayuso, Gonzalez-Tejada y Ramirez ou de J. Vives.

⁽¹⁴⁾ Sobre a Liturgia de Braga, consultar, para orientação geral e bibliografia genérica, Avelino de Jesus da Costa, *Braga (Rito de)*, pp. 370 e 371, in «Dicionário de História de Portugal», dirigido por Joel Serrão, vol. I, Iniciativas Editoriais, Porto, 1971; de A. Luís Vaz: *O rito bracarense*, Braga, 1970; *O rito bracarense de S. Martinho de Dume a S. Geraldo*, in «Ora et Labora», 18 (1972), pp. 387-395; *Liturgia bracarense das primitivas da igreja*, in «Bracara Augusta», 35 (1981), pp. 1-98 da separata; *As leituras litúrgicas de Braga são as primitivas da igreja*, in «Presença e Diálogo», ano XIII, vol. iv, Dezembro de 1982, pp. 24-27; *Natal de Braga, Natal Português*, in «Bracara Augusta», 36 (1982), pp. 3-64 da separata; de Joaquim O. Bragança: *A Liturgia de Braga*, in «Miscelânea Ferotin», 1965, e *Missal de Mateus. Manuscrito 1000 da Biblioteca Municipal de Braga*, Fundação Gulbenkian, Lisboa, 1975; e de Pedro Romano Rocha, *L'Office divin au*

Do mesmo modo, a veneranda sé metropolitana de Mérida estendia o culto dos seus santos, de modo particular na área da sua jurisdição⁽¹⁵⁾.

A própria disputa sobre a jurisdição metropolitana das sés entre o Douro e o Tejo, se por um lado mostra antagonismo entre a *Gallaecia* e *Emerita*, por outro, evidencia como esta larga região tanto podia pertencer ao Norte como ao Sul, de tal modo se identificavam a cultura e os sentimentos no Ocidente Hispânico.

5.º Factor: Diferenciação linguística do Ocidente.

Da oposição entre o Latim literário e o Latim vulgar devemos passar aqui rapidamente para a diferenciação do Latim falado pelo povo nas diferentes regiões do Império. Se até ao século iv normalmente se fala apenas de colonização romana, proveniente de determinada zona da Itália e da influência dos substratos indígenas, a partir de então a regionalização do Latim vulgar dá origem a autênticas modificações e tendências fonéticas que prenunciam as futuras línguas românicas. Os autores são hoje quase unânimes em que, até ao século vi, o Latim conseguiu manter-se como língua comum. A partir dos séculos vu e viu a diferenciação linguística era uma realidade e as línguas românicas faziam o seu aparecimento na vida real. O facto de a documentação, para cada uma delas, aparecer em épocas distintas, desde o século ix ao século xm, não se deve à sua não existência, mas antes à perda de documentação ou à falta do seu estudo⁽¹⁶⁾.

Moyen Age dans VÉglise de Braga. Originalité et dépendances d'une liturgie particulière au Moyen Agen. Fundação Calouste Gulbenkian, (Cultura Medieval e Moderna, xv), Paris, 1980.

⁽¹⁵⁾ *Diccionario de Historia Eclesiástica de España*, Instituto Enrique Florez, Madrid, 1971-1975, artigos *Liturgia* e *Mérida*; Angel Fábrega Grau, *Pasionario Hispânico, siglos VII-XI*, C. S. I. C., Madrid, 1953 e 1955; Carmen García Rodríguez, *El culto de los santos en la España Romana y Visigoda*, Madrid, 1966; Joseph N. Garvin, *The Vitas Sanctorum Patrum Emeritensium*. Text and translation with an introduction and commentary, The Catholic University of America Press, Washington, 1946.

⁽¹⁶⁾ Para a problemática sumariada neste parágrafo, cfr. G. B. Pighi, *Storia della Lingua Latina*, in «Enciclopedia Classica, sezione n, Lingua e Letteratura», vol. vi, tomo i, Società Editrice Internazionale, Torino, 1968, pp. 190-197; F. Lot, *À quelle époque a-t-on cessé de parler latin?*, in «ALMA»

No que se refere ao Ocidente Hispânico é curioso notar que à Galécia corresponde uma língua única chamada, na Idade Média, galego-português, com o pormenor interessantíssimo de, na sua zona oriental, a região ásturo-leonesa, ter surgido um outro dialecto, o leones, que até ao século xi se estendeu por toda a área oriental da antiga Galécia. Com efeito, garantida a quase unidade linguística do extremo ocidental da Hispânia, os especialistas do leonés observam que a sua expansão ultrapassa Santander e chega a Castro Urdiales. Depois recolhe um pouco para Ocidente, devendo ter-se como primitiva linha divisória entre o castelhano e o leonés o rio Pisuerga. Só o avanço político e administrativo de Castela fez com que o leonés recuasse primeiramente para a bacia do rio Carrión e finalmente para as margens do Cea.

Se atendermos a que, até ao século xi, o reino de Leão protagonizava as lutas da Reconquista nas províncias de Zamora, Salamanca, Cáceres e Badajoz, compreenderemos como a área do leonés se estendeu, com a Reconquista, precisamente pela região que denominámos de Ocidente Hispânico.

Este facto é tanto mais de realçar quanto, constituída no século xa a metrópole de Santiago de Compostela, as suas sufragâneas foram buscar-se para além de Braga e das dioceses isentas (desde Oviedo e Leão a Burgos), isto é, precisamente Zamora, Salamanca, Ávila, Plasência, Mérida, Badajoz e até numa primeira fase, as futuras dioceses portuguesas da Guarda, Lisboa e Évora. Este quadro mantém-se parcialmente ainda no século xiv, data em que Portugal constituiu a Sul a província eclesiástica de Lisboa. Não tratamos da Andaluzia e do Algarve porque estas

6 (1931), pp. 97-159; W. von Wartburg, *La fragmentación lingüística de la Romania*, Gredos, Madrid, 1951; K. Baldinger, *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*, Gredos, Madrid, 1963; M. van Uytfanghe, *Le latin des hagiographe s mérovingiens et la protohistoire du français. État de la question*, in «Romanica Gandensia», Gent, 16 (1976), pp. 5-89; C. Tagliavini, *Le origini delle lingue neolatine. Introduzione alla Filologia Romanza*, Pàtron, Bologna, 1959; R. Menéndez Pidal, *Orígenes del Español*, Espasa-Calpe, Madrid, 6 * * 9 1980; R. Menéndez Pidal, *El dialecto leonés*, Instituto de Estudios Asturianos, Oviedo, 1962; Alonso Zamora Vicente, *Dialectología española*, Gredos, Madrid, 1960 (os limites orientais do leonés sao indicados na p. 71); José Pedro Machado, *Orígenes do português*, Lisboa, 1967; Serafim da Silva Neto, *Historia da Língua Portuguesa*, Presença, Rio de Janeiro, 3 1979.

regiões foram já conquistadas tardiamente pelos reis de Castela e de Portugal (17).

Este excursus histórico, apesar de sucinto, enriquece a nossa observação de que a expansão territorial dos dialectos românicos do Ocidente ficou a dever muito a factores políticos e que estes foram acompanhados pela equivalente organização eclesiástica, tendo cada um destes aspectos a sua função na progressiva individualidade do Ocidente Hispânico.

6.º Factor: *A obra dos escritores do Ocidente Hispânico*

Ao apresentarmos uma lista dos escritores do Ocidente Hispânico dos séculos IV a VI não pretendemos dar como provado que haja uma identidade cultural de todos eles, em oposição ao resto da Hispânia. Tal identidade não se verifica em relação à Literatura de nenhum País, mesmo moderno, constituído há longos séculos. Muitos problemas debatidos são comuns a toda a Península e à cultura geral da época. Parece-nos, no entanto, legítimo descobrir, aqui e ali, sintomas do carácter do homem do Ocidente Ibérico.

Comecemos por notar que o primeiro movimento cultural genuíno da Península, o Priscilianismo, nasceu e difundiu-se sobretudo no Ocidente Hispânico. Prisciliano (c. 340-386) era natural da Galécia ou da Lusitânia e foi sagrado bispo de Ávila. A. dAJés traça assim o quadro geográfico essencial dos seus adeptos: «Mérica na Lusitânia, Astorga na Galiza, Córdova na Bética e mais tarde Ávila, são indicadas pela tradição do século IV como os centros principais» (18).

(17) Atendendo a que a matéria versada neste parágrafo ultrapassa o âmbito cronológico que nos propomos aprofundar, remetemos para as *Histórias* de Espanha e de Portugal, incluindo as da Igreja, mencionadas nas notas 1 e 11. Ver também os mapas dos séculos VIII-XI (p. 1001) e século XIV (p. 1003) do já mencionado *Die. Hist. Ecl. Esp.*, II, 1972, artigo *Geografía eclesiástica*. Muitos dos problemas abordados ao longo deste estudo são também resumidos, sob outra perspectiva, por Robert Durand, *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XII^e et XIII^e siècles*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1982.

(18) Adhémar d'Alès, *Priscillien et l'Espagne chrétienne à la fin du IV^e siècle*, Beauchesne, Paris, 1936, p. 9.

Quase a terminar este período, uma outra figura cimeira se movimentou precisamente em toda a área ocidental. Frutuoso de Braga (c. 610-666) nasceu na região do Bierzo, foi educado em Palência, expandiu o monaquismo em todo o Noroeste e peregrinou até Mérida e Sevilha, tendo fundado também dois mosteiros na Bética (19).

A lista que vamos fornecer limita-se, intencionalmente, a caracterizar cada escritor, seguindo a sua ordem cronológica (20).

1. *Potâmio de Lisboa* é o primeiro bispo histórico de Lisboa. Ortodoxo até 355, passou ao arianismo por 356 e regressou à ortodoxia depois de 359. Conservam-se dele uma *Epístola* e três pequenos tratados.

2. *Dámaso* (c. 305-384), de ascendência hispânica, é reivindicado como natural de Guimarães ou da Egitânia. Além dos escritos do seu pontificado em Roma (366-384), escreveu muitos *epigramas* em honra dos mártires, onde revela uma boa formação literária e clássica.

3. Prisciliano (c. 340-386) fundou um movimento ascético de carácter rigorista e com incidências doutrinárias. Temos dele fragmentos autênticos de uma *carta* e são-lhe atribuídos vários tratados.

(19) M. C. Díaz y Díaz, *La Vida de San Fructuoso de Braga*, estudio y edición crítica, Braga, 1974.

(20) Para um panorama da Literatura na Hispânia romano-visigótica nos séculos iv-viii remetemos, em primeiro lugar, para as *Historias de Espanha e de Portugal*, na parte referente à vida cultural da Igreja, mencionadas nas notas 1 e 11. Dedicadas exclusivamente aos autores são, para a Hispânia em geral: E. Cuevas — U. Domínguez del Val, *Patrología Española*, em apêndice a B. Altaner, *Patrología*, Espasa-Calpe, Madrid, 1956, pp. 1*-127* ; U. Domínguez del Val, *Herencia literaria de padres y escritores españoles de Osio de Córdoba a Julián de Toledo*, in «Repertorio de las Ciencias Eclesiásticas en España», 1, *Siglos III-XVI*, Salamanca, 1967, pp. 1-85; M. C. Díaz y Díaz, *De Isidoro al siglo XI. Ocho estudios sobre la vida Literaria peninsular*, El Albir, Barcelona, 1976; e também o artigo sobre cada autor no *Die. Hist. Ecl. Esp.*, Madrid, 4 vols., 1971-1975. Para os escritores do actual território português, ver ainda: Pierre David, *Etudes Historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Belles Lettres, Paris, 1947; Mário Martins, *Correntes da Filosofia Religiosa em Braga, séculos IV-VII*, Livraria Tavares Martins, Porto, 1950; J. Pinharanda Gomes, *A Patrología Lusitana*, Lello & Irmão, 1983. Para cada um dos autores há bibliografia especializada.

4. *Itácio de Ossónoba* (Faro), bispo de 379 a 388 (ou 392), tendo sido um lutador antipriscilianista e escrito um *Apologeticum*, veio a cair em desgraça.

5. *Egéria*. Desconhecemos qual a sua região de origem, porém, é a Galécia que com mais títulos pode reivindicá-la. Peregrinou à Terra Santa, tendo estado em Jerusalém desde a Páscoa de 381 à Páscoa de 384. Deixou-nos um muito valioso *Itinerarium* (mutilado) da sua peregrinação.

6. *Cartério*, bispo galaico, esteve no Concílio antipriscilianista de Saragoça, em 380, o que lhe mereceu os ataques (e talvez as calúnias) destes. Segundo S. Jerónimo, escreveu um *Tratado contra Helvidio e Joviniano*.

7. *Hidácio de Mérida* foi quem, como metropolitano, aconselhou a reunião do Concílio de Saragoça (380) contra os priscilianistas, ao qual dirigiu um *Commonitorium*. Denunciado por eles, veio a renunciar ao cargo em 385.

8. *Dictínio de Astorga*, na qualidade de bispo priscilianista, escreveu o tratado *Libra*. Abjurou dos seus erros no I Concílio de Toledo (400).

9. *Baquiário* é um monge da Galécia que saiu para o Oriente, donde escreveu, entre 394 e 400, duas cartas, uma delas a pedir a readmissão de um monge expulso. Num tratado *De Fide*, dirigido a S. Jerónimo, mostra não ser priscilianista.

10. *Avito de Braga* faz parte de uma geração de intelectuais que frequentaram Roma (donde um primeiro Avito trouxe as obras do neoplatónico Vitorino) e Jerusalém (donde um segundo Avito veio imbuído de origenismo). Este terceiro Avito partiu para o Oriente depois da invasão dos bárbaros em 409. Em 415 serviu de intérprete a Paulo Orósio na disputa antipelagiana. Traduziu do grego a descrição da descoberta das relíquias de Santo Estêvão e entregou este documento e algumas relíquias a Paulo Orósio, juntamente com uma *carta* dirigida ao bispo *Balcónio* de Braga, em 416.

11. *Paulo Orósio* (c. 380-post 423) saiu de Braga depois de 409, consultou Santo Agostinho num *Commonitorium* sobre o priscilianismo, defendeu-se num *Liber Apologeticus* contra os pelagianos e imortalizou-se como filósofo da História nos *Historiarum adversus paganos libri septem*.

12. *Siágrio*, bispo da Galécia, escreveu, cerca de 435, umas *Regras sobre a definição da fé*, em que esclarece termos usados confusamente pelos priscilianistas sobre a Trindade.

13. *Pastor* foi bispo na Galécia, talvez em Palência, e escreveu, possivelmente para o Concílio do Toledo de 447 um *Libellum in modum symboli parvum*, em que corrige muitos erros, entre os quais os dos priscilianistas.

14. *Toríbio de Astorga*, bispo aproximadamente entre 444 e 480, escreveu um *Commonitorium* ao papa Leão Magno, um *Libellus* e uma *Carta* contra os priscilianistas.

15. *Hidácio de Chaves* (c. 390-470) viajou pelo Oriente e desempenhou, como bispo, acção diplomática de relevo, como mostra na sua *Crónica* em que descreve os acontecimentos do Império e sobretudo da Hispânia entre 379 e 469.

16. *Profuturo de Braga* escreveu uma *carta* ao papa Vigílio, cujo conteúdo apenas nos é conhecido pela resposta deste, datada de 29 de Junho de 538. O tema versado é a Liturgia.

17. *Apríngio de Beja* escreveu, talvez depois de 551, um *Tractatus in Apocalypsin*, de comentário esquemático e literal, mas que teve grande repercussão por ter sido utilizado por Beato de Liébana.

18. *Pascásio de Dume* traduziu, por volta de 555, do grego para latim, por mandado do seu abade Martinho, uma colecção de apotegmas dos padres do deserto, intitulada *De Octo principibus vitiis*, em 101 capítulos.

19. *Martinho de Braga* (c. 510-579) escreveu obras de natureza monástica, canónica, pastoral, litúrgica e três epigramas. As obras morais reflectem a influência de Séneca. O seu escrito mais editado e estudado é o *De Correctione rusticorum*.

20. *Tarra*, monge do mosteiro Cauliense, perto de Coria, escreveu uma *carta ao rei Recaredo* (586-601) a defender-se da acusação de imoralidade, documento de interesse para o Latim vulgar.

21. *João de Biclara* (c. 590-621) nasceu em *Santarém*, estudou no Oriente, fundou o mosteiro de Biclara, foi bispo de Gerona e escreveu uma *Crónica* que abarca os anos de 566 a 590.

22. *Masona* foi bispo de Mérida (c. 570-606), sofreu perseguição de Leovigildo, presidiu ao Concílio de Toledo de 589 e escre-

veu várias obras (todas perdidas), entre as quais cartas dirigidas a Santo Isidoro de Sevilha.

23. *Vitas Sanctorum Patrum Emeritensium* é o título de uma obra escrita por 660 por um diácono de Santa Eulália de Mérida, em que se descrevem as biografias dos santos e pastores de Mérida, entre os quais Masona.

24. *Frutuoso de Braga* (c. 610-666) escreveu a *Regula Monachorum*, duas cartas (uma a Bráulio de Saragoça e outra ao rei Recesvinto) e algumas poesias. Distinguiu-se como fundador e disciplinador de mosteiros.

25. *Pactum Fructuosi* é um texto que anda anexo à *Regula Monachorum*, o qual tem sido objecto de muitos estudos e discussão, sendo por uns tido como de S. Frutuoso e por outros como surgido em ambiente frutuosiano.

26. *Regula Communis* é um documento que uns consideram como resultado de uma reunião de abades, outros como normas legislativas surgidas em ambiente frutuosiano e, em nosso entender, não passa de uma homilia ou exortação dirigida a monges da Regra de S. Frutuoso.

27. *Vita Sancti Fructuosi* é uma biografia redigida, não por Valério de Bierzo, mas por um monge, talvez nos arredores de Braga, aí por 670-680. A crítica actual admite mesmo que à redacção inicial tenha sido acrescentada a colecção dos *mirabilia*.

28. *Valério de Bierzo* (faleceu cerca de 695) escreveu alguns tratados monásticos e versos autobiográficos. É importante a sua *Epistola beatissimae Egeriae* que, com a crítica textual da transmissão do nome, permite identificar e localizar a figura de Egéria.

29. *Textos Litúrgicos* — Tendo já remetido anteriormente para os textos jurídicos e conciliares e para o *Passionário Hispânico*, devemos ainda prestar atenção à documentação litúrgica, quando ela se refere a Santos e festas do Ocidente Hispânico. Chamamos a atenção, de modo particular, para os hinos da Liturgia Bracarense, Toledana e Sevilhana, em ordem a apurar o que se refere ou poderá ter sido produzido no Ocidente Hispânico ⁽²¹⁾.

(21) Sobre o direito civil e canónico da Hispânia romano-visigótica seguir a orientação do *Die. Hist. Ecl. Esp.* e as colecções que apontámos

Neste esboço encontramos figuras hoje de projecção internacional (como Egéria, Paulo Orósio, Hidácio de Chaves e Martinho de Braga); homens viajados, que procuravam «lá fora» os grandes centros de cultura, alguns dos quais depois regressavam com as doutrinas então em moda; figuras acusadas, caluniadas e perseguidas por compatriotas, eivados de rigorismo moral; polemistas vigorosos e controversistas doutrinais; calmos expoitores da doutrina, da moral e da hagiografia; homens de acção e capacidade organizadora; poetas. Não é agora o lugar oportuno para justificar e desenvolver esta caracterização. Há variedade. Não faltaram sequer os «vira-casacas», consoante as orientações do poder político, a par de outros que primaram pela «resistência».

FACTORES CONFIRMATIVOS NO PERÍODO DA DOMINAÇÃO ÁRABE

Após a invasão muçulmana de 711, rapidamente se reorganiza a resistência e a reconquista cristã. A mais antiga documentação latina desta época foi estudada por António C. Floriano na *Diplomática española del período astur (718-910)*, em dois volumes, Oviedo, 1949. Na introdução à sua grandiosa obra, reconhece que não há unidade no teor da documentação. Podem antes delimitar-se algumas «comarcas» sob o ponto de vista paleográfico. Indicamo-las resumidamente : — o núcleo galaico-português, o núcleo ásture, o núcleo de Liébana, o núcleo das Astúrias de Santilhana, o núcleo leonés (que se estende entre o Esla e o Pisuerga, com focos insignes em Leão e Sahagun), o núcleo de

no final da nota 13. Para a Liturgia, além das remissões da nota 15, consultar M. C. Díaz y Díaz, *El latín de la liturgia hispánica*, in «Estudios sobre la liturgia mozárabe», Toledo, 1965, pp. 55-87; Jorge Pinell, *La liturgia hispánica. Valor documental de sus textos para la Historia de la Teología*, in «Repertorio de Historia de las Ciencias Eclesiásticas en España», 2 (1971), pp. 69-82; J. Pérez de Urbel, *Origen de los himnos mozárabes*, in «Bulletin Hispanique», 28 (1926), pp. 216-218 e 311-312; Birgitta Torsberg, *Études sur Rhymnologie mozarabe*, Studia Latinitatis Stockholmiensia, 8, Götterborg-Upsala, 1962; Albino de Almeida Matos, *Hinos do Temporal Hispânico até à invasão muçulmana*, Coimbra, 1977.

Bureba (que irradia de Oña e Arlanza) e o núcleo emilianense (centrado na documentação de San Millán de la Cogolla e que, mais adiante, a partir do século x, há-de marcar o ponto de contacto entre o oriental, navarro principalmente, e o ocidental).

Esta divisão de «comarcas diplomáticas» de Floriano (cfr., *op. cit.*, i, pp. 16 e 17) foi por nós reorganizada de modo a caminhar de Ocidente para Oriente. Nela realçamos dois elementos importantes, confirmativos da nossa exposição anterior: o núcleo leonés vai desde Leão até ao rio Pisuerga; a diplomática ásture-leonesa é classificada de *occidental*, em oposição a uma diplomática *oriental*. No período estudado, Castela não tinha ainda iniciado o seu movimento de expansão política e cultural, constituindo-se assim como uma *área central*, que tentará, ao longo de séculos, impor-se e absorver o Ocidente Hispânico e o Oriente Hispânico, este constituído sobretudo por Navarra, Aragão e Catalunha.

Estudando as «estruturas sociais» da Espanha dominada pelo Corão, Pierre Guichard acabou por reconhecer que «a Península Ibérica é o lugar de convergência de dois tipos opostos de estruturas de parentesco, que se podem qualificar, respectivamente, de *occidental* e de *oriental*». A estrutura *occidental* considera o parentesco do marido e da mulher; o sistema árabo-berbere só dá importância aos parentes do lado paterno na transmissão dos bens ⁽²²⁾.

Os dois factores acabados de indicar, tendo-se processado após o período romano-visigótico, para o qual converge, fundamentalmente, o nosso estudo, mostram como a individualidade do Ocidente Hispânico, iniciada na Pré-história, se vai desenvolvendo progressivamente até à Reconquista e ao domínio árabe. As fronteiras políticas dos reinos da Idade Média, com as suas oscilações, são mais fruto da vontade dos homens e dos chefes que de um verdadeiro conjunto de factores individualizantes de cada região.

(22) P. Guichard, *Structures sociales «orientales» et «occidentales» dans VEspagne musulmane*, Paris, 1977. A citação e o resumo são tirados da obra de Robert Durand, pp. 96 e 97, que mencionámos no final da nota 17.

MAPAS

Muitos dos estudos históricos e linguísticos citados ao longo desta investigação estão ilustrados com mapas que delimitam com maior ou menor precisão e rigor científico o Ocidente Hispânico.

Deixámos já, no texto, indicações precisas sobre o 1.º factor (*cultura megalítica*), o 2.º factor (*antigas línguas primitivas*) e o 3.º factor (administração romana: *rede vária*). Outros mapas poderão ser apreciados.

Entendemos, porém, serem especialmente significativos mais os seguintes :

— *extensão da província da Galécia romana*, em H. V. Livermore, *The origins of Spain and Portugal*, G. Allen & Unwin, Londres, 1971, p. 34, valorizado com a tradução dos topónimos latinos no mapa da p. 295;

— *a província da Galécia e a província da Lusitânia na época romano-cristã* em *Diccionario de Historia Eclesiástica de España*, vol. II, Madrid, 1972, p. 986;

— *área geográfica do galego-português e do leonés*, mapa organizado por Kurt Baldinger, *La formación de los dominios lingüísticos en la Península*, Editorial Gredos, Madrid, 1963, p. 47. Este último tem especialíssimo interesse, porque mostra a presença do leonés mesmo a Oriente de Santander, a sua extensão até ao sul com a Reconquista, ao longo de uma linha que coincide com o que nós apurámos ser, na Antiguidade, o Ocidente Hispânico individualizado. Este mapa de Baldinger, n.º 9, p. 47, deve ser completado com o mapa n.º 1, p. 17, que mostra a extensão da evolução de / para *h*, típica do castelhano, e a permanência do / etimológico latino no galego-português e no leonés em todo o Ocidente Hispânico, antes de este ter sido dominado pelo castelhano.

Afinal, basta utilizar um mapa moderno — servimo-nos da edição da Firestone para a Espanha e Portugal — para verificar como é fácil, directa e cuidada, a ligação, de Norte para Sul, de Santander a Palência, a Ávila e Salamanca, a Béjar, Cáceres, Trujilho e Mérida; e daqui descer até Sevilha, Huelva ou Cádiz. Poderá parecer estranho que acabemos por citar um mapa com as estradas melhores da actualidade na área em estudo. A reali-

dade é que a rede viária romana foi traçada, em boa parte, sobre caminhos das populações primitivas; e as ligações actuais seguem fundamentalmente os itinerários romanos.

A partir desta linha divisória, são fáceis, agora como na Antiguidade romano-visigótica, as ligações com todo o Ocidente Hispânico. A demonstrá-lo estão os roteiros turísticos, a geminação de cidades portuguesas e espanholas e a visita mútua a terras e festas fronteiriças.

JOSÉ GERALDES FREIRE